

A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS DO CAMPO ARIANO MEDIANTE OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Daniela Dias de Souza

Mestranda em Geografia na Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” de São Paulo – UNESP/ Bolsista pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento da América Latina e Caribe - TerritoriAL
ddias37@gmail.com

INTRODUÇÃO

O sistema político econômico hegemônico coloca em discussão seus efeitos diretos no modo de vida e produção das populações tradicionais, mesmo que ao longo da história o ciclo de crises do capitalismo tenha causado algumas mudanças em seu modo de acumulação, a desigualdade socioterritorial intrínseca ao modelo do capital é algo que perpetua e se intensifica até as relações atuais ao mesmo tempo que o capitalismo se renova e continua negligenciando o modo tradicional de produção e de vida das populações do campo resultando em uma perpetuação dos conflitos do campo.

Aborda-se atualmente dois paradigmas que seguem linhas opostas e dominam a discussão social atualmente no que tocante, especialmente, da questão da terra. Uma visão de caráter neoliberal que se encontra o paradigma do capitalismo agrário que possui em sua condição de processo de fortificação das relações capitalistas alimentando a dinâmica latifundiária histórica e o processo de expropriação e desigualdade dentro do campo “abastecendo as corporações que intensificaram tanto a disputa territorial quanto ideológica” que territorializa o agronegócio. (FERNANDES, 2013, p. 33).

Uma outra linha, dentro do materialismo histórico dialético baseia o paradigma da questão agrária em uma linha mais multidimensional baseada no materialismo dialético de considerar todas as contradições do sistema diante da subalternização do campo. Ambas fazem uma fragmentação do que é o campesinato e do que é o agricultor familiar.

Partindo da análise de Lefebvre de que o espaço seria a materialização do humano (*apud* Fernandes, 2013) e tendo em vista que este espaço é um ponto principal de estudo dentro da perspectiva geográfica originando de uma análise da realidade e seu movimento constante de transformação, podemos considerar que existe uma via de renovação direta dentro da questão agrária.

Isso porque, o sistema capitalista mesmo diante de crises, se renova e encontra novas articulações que promovem e mantem sua essência de acumulação baseada na exploração, territorialização e desterritorialização dos (povos; países; economias)

considerados atrasados dentro da dinâmica capitalista de produção intensa e em larga escala.

Diante o processo de reestruturação do capital diante da crise de 1970, intensificase uma discussão referente ao caráter destrutivo do modelo econômico hegemônico e a escassez dos recursos naturais ao qual este estava exposto a natureza e a questão do meio ambiente para a saúde da população, e a preservação da natureza tendo como objetivo as futuras gerações.

Dentro da ascensão do ambientalismo dentro da agenda política internacional e as preocupações com a poluição e outras formas de destruição ambiental, o chamado Relatório de Brundtland, aprovado em 1987, foi uma forma de apresentar um conjunto de políticas adequadas para que se alcançasse o desenvolvimento do capitalismo concomitante com a conservação do meio ambiente.

O documento trouxe a definição do “desenvolvimento sustentável” que, em síntese, seria a melhor forma de garantir o as necessidades do presente sem afetar as necessidades das gerações futuras.

Como resultado, uma série de políticas de mitigação dentro desse âmbito passaram a ser propostas e aceitas, entre elas, as principais que se destaca é o processo de intensificação da natureza, especialmente dentro das políticas de compensação de emissão de gases de efeito estufa, o denominado mercado de carbono, que consiste em sua essência no direito de poluir de grandes potências mundiais em nome do controle de uso do ambiente por parte de países em desenvolvimento, principalmente no campo, onde grande parte dos projetos estão instalados, como é o caso do projeto de Reed+ partido do projeto de Conservação de Florestas Tropicais (Projeto Purus) implantado na comunidade do Seringal Itatinga no município de Manoel Urbano no Estado do Acre.

Em decorrência das exigências de modificações devido a discussão quanto a segurança ambiental, o capital se reorganiza de forma a usar o discurso de sustentabilidade em seu favor para intensificar sua exploração e expropriação territorial de comunidades tradicionais de forma a não excluir suas contradições, mas apenas disfarça-las.

Dessa forma, objetiva-se compreender a forma com que o discurso do “desenvolvimento sustentável”, no caso específico do projeto Purus, o processo de violação dos direitos básicos de vivência e reprodução de sua cultura dentro dos seus territórios foi afetada pelas políticas de “sustentabilidade” e “Florestania” do Estado do Acre.

METODOLOGIA

Partindo de uma reflexão sobre a repercussão do discurso do “desenvolvimento sustentável” e da implementação dos projetos de compensação de carbono no estado do Acre e os consequentes conflitos territoriais que tornaram-se resultantes do processo de violação dos direitos dos povos do campo pela expansão da Economia Verde, este artigo tem na sua base metodológica os fundamentos na pesquisa qualitativa por meio de revisão bibliográfica, especialmente na abordagem e discussão sobre território, concomitante com a reflexão dos moradores das comunidades resultado de acompanhamento à reuniões dos moradores em busca de uma discussão de caráter mais empírico, levantando dentro do materialismo histórico dialético o contexto de lutas das comunidades do campo no Acre e a forma com que os projetos de sustentabilidade materializa as novas formas de acumulação do capitalismo e intensificação da violação dos direitos ao território e territorialidade.

A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DOS POVOS DO CAMPO ACRIANO MEDIANTE OS PROJETOS DE SUSTENTABILIDADE

Considerando que a espacialidade é produzida a partir das relações sociais, a construção do território e identidade das populações do campo são dependentes diretamente da sua “relação metabólica”, abordada por Marx (1844), onde a natureza onde o homem ao transformar a natureza transforma a si mesmo mediado pelo trabalho, muito mais do que o valor de troca da terra, essa é valorizada a partir de seu valor de uso.

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 2007, p. 13).

A região Amazônica foi formada e tem em toda sua base histórica uma discussão que abrange de forma necessária a questão agrária, já que foi “civilizada” e “desenvolvida” às custas do processo de expropriação das populações tradicionais em nome da expansão da fronteira agropecuária.

As ações do Governo Militar de integração territorial como forma de manutenção da segurança nacional, colocou a Amazônia como o centro de grandes empreendimentos multinacionais para alcance do crescimento da economia nacional baseada em uma dinâmica de exploração capitalista que desconsiderou em toda sua totalidade a realidade

das populações tradicionais que possuem, historicamente, todo o vínculo de sua existência e produção com a natureza.

Dentro da dinâmica de exploração do capitalismo as relações mediadas pelo trabalho que constroem o espaço são desconsideradas, onde o mais importante é apenas o processo de mercantilização da natureza e o lucro que é possível obter dessas ações dentro da dinâmica do mercado globalizado.

O espaço é uma realidade relacional, envolvendo a natureza e a sociedade mediadas pelo trabalho (energia), técnicas, tecnologias e, evidentemente, pelo conhecimento. O gastar energia, no trabalho, é o grande mediador da relação sociedade-natureza, na qual há objetos naturais e objetos sociais em movimento permanente, heterogeneidade do espaço habitado, expansão da população, urbanização, hierarquia, fixos e fluxos.(SAQUET e SPOSITO, p. 77 *apud* SANTOS, 1988).

Todo processo de exploração por parte dos grandes empreendimentos capitalistas colocou a Amazônia em um cenário de conflitos pela terra que permeia até os dias atuais. No Acre, a luta histórica de resistência dos seringueiros foi e permanece contra os latifundiários do Estado que mantém vastas extensões de terra e que possuem, em grande parte, a única finalidade de uso para pecuária, resultando em um processo que é mantido, com apoio direto do Governo, de destruição da cultura e organização territorial das populações tradicionais do campo acriano.

A resistência, a subalternidade e a destruição são as condições do campesinato no capitalismo. Elas podem ocorrer simultaneamente ou em tempos distintos, o que mantém o debate sobre a condição camponesa no sistema capitalista. A inserção do campesinato no capitalismo somente pode acontecer de forma subalterna e o capital destrói e o recria conforme as conjunturas políticas. (FERNANDES, 2013, p. 20).

A partir da discussão referente à questão ambiental e toda repercussão da Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, mais conhecida como Rio 92, e todo o aparato discursivo que a alimentava, tendo como base a ideologia do desenvolvimento sustentável^[2] e uma suposta preocupação com a poluição e as outras formas de destruição ambiental resultantes do modelo de produção capitalista, a agenda política internacional passa a priorizar a discussão ambientalista e o próprio modelo capitalista passa a se reestruturar a partir da mobilização de esverdeamento do capitalismo.

Assim, nas duas últimas décadas adotou-se um conjunto de políticas e estratégias ditas conservacionistas para fins de readaptação da exploração

da cesta de bens naturais contidas nos territórios florestais. Graças a uma forte articulação sinérgica entre grandes corporações transnacionais, organizações e agências multilaterais, governos e um vasto complexo de organizações no âmbito da sociedade civil, capitaneados por grandes ONGs internacionais, essas readaptações logram a obtenção de um formidável “consentimento ativo”, nos termos propostos por Gramsci (1978). Isto é, a nova fase da produção destrutiva capitalista passa a ser vista e aceita pelo senso comum como inovações voltadas para assegurar a proteção dos ecossistemas ameaçados. (PAULA e MORAIS, 2013, p. 351)

No Acre, em 1999, com a chegada do autodenominado Governo da Floresta ou da Frente Popular^[3], tendo como governador na época, o atual Senador Jorge Viana, o Acre passava a ter um discurso baseado na sustentabilidade e na importância da valorização dos recursos naturais do estado baseados no *marketing* da “Florestania”. Dessa forma, o território acreano passou a ser cenário para implantação de projetos dentro do discurso da sustentabilidade fomentados e incentivados diretamente pelo governo.

Concomitante com essas ações, é criado um novo cenário de conflitos pela terra que é permeada pela ligação direta do poder do Estado no território e suas alianças com grandes proprietários de terra, perpetuando a discussão no âmbito da geografia referente a questão agrária.

A questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo. Assim, a produção teórica constantemente sofre modificações por causa das novas referências, formadas a partir das transformações da realidade. (FERNANDES, 2013, p. 23).

Ao contrário do que está na teoria, a prática do desenvolvimento sustentável no Acre, por meio dos Sistemas de Incentivos aos Serviços Ambientais (Sisa)^[4], lei estadual aprovada em 2010, as organizações sociais constataam uma série de impactos sociais, econômicos e ambientais negativos nos territórios onde os principais prejudicados são as populações atingidas. O relatório da Economia Verde no Acre afirma que:

Coletivos denunciaram junto à Relatoria os seguintes problemas: (1) violações do direito à terra e ao território e (2) violações dos direitos das populações em territórios conquistados por elas, ambos decorrentes da economia verde no estado. Dentre as denúncias está o fato de que, como política pública, o Sisa e todos os processos que convergem para a gestão da floresta se deparam com conflitos territoriais e ambientais, tanto referentes a disputas territoriais do Acre, do qual a luta dos seringueiros nos anos 1980 é emblemática, quanto referentes àqueles gerados pela

implementação de políticas nacionais de ordenamento territorial e gestão da floresta, tais como as Reservas Extrativistas e os Assentamentos Agroextrativistas. Do ponto de vista dos direitos socioambientais, esses conflitos são marcados por relações desiguais no acesso à terra, ao território e às possibilidades de uso da floresta, e no acesso às instituições, aos espaços de decisões políticas e informação (FAUSTINO e FURTADO, 2014, p. 25).

Nesse ponto de vista, os conflitos territoriais no Acre que passam a ser alimentados pela nova forma de apropriação da natureza sob o discurso da conservação ambiental continuam tendo em sua essência as relações desiguais de acesso a terra e desvalorização ao território das populações tradicionais, que possuem na terra toda sua cultura, identidade, relações sociais e econômicas. Mesmo diante de todos os problemas que passaram a ser apresentados nas análises mais detalhadas dos projetos nos territórios, o Acre ainda continua sendo vendido como um modelo a ser seguido no que diz respeito ao equilíbrio entre crescimento econômico e conservação da natureza ao mesmo tempo que é negligenciado todo processo de construção territorial das populações.

Os projetos contidos dentro do Sisa, revelam uma incapacidade do governo, que de certa forma, de caráter intencional, de não controlar os desfechos que já passam a se mostrar no processo de implantação dos projetos, especificamente nos projetos de Redução de Emissão de Carbono (Redd+)^[6] no município de Manoel Urbano, no seringal Itatinga, onde os moradores já demonstram uma série de preocupações em relação a desigualdade de poderes em comparação aos responsáveis pela aprovação e fiscalização dos projetos. Os moradores se encontram em seus territórios de modo a se tornarem vítimas de uma situação de vulnerabilidade e insegurança dentro do próprio território.

A implantação dos projetos da Economia Verde no Acre possui um processo de espacialização no território das comunidades que é baseado no abuso de poder e de ações de intimidação. Dessa forma, a política difundida pelo governo da Frente Popular pratica um desenvolvimento sustentável que é usado como forma de mascarar as violações de direitos que ocorrem no campo acreano ao retirar a autonomia de produção e reprodução dos pequenos produtores do campo que, assim como aconteceu no passado do Estado do Acre, passa mais uma vez a ser regido pelas normas capitalistas de uso da terra.

[...] a desmobilização dos sujeitos acaba quando seu território passa a ser usado como sendo do capital. Então, o tempo da natureza é regido pelo tempo do capital, de acordo com a lógica da produção em larga escala e em curto tempo do produto, o que contraria o tempo da natureza que segue à lógica dos recursos. Assim, o capital passa a controlar o sujeito dentro de seu território, o que impede de exercer sua autonomia frente à sua relação metabólica com a natureza como também estende as formas de degradação do sujeito em sua totalidade já que a floresta representa seu local de vida, sua base existencial,

cultural e identitária como também seu local de trabalho (PONTE, 2014, p. 166).

A entrada do novo modelo de desterritorialização das famílias camponesas por meio dos projetos de sustentabilidade quebram com a lógica do sistema de objetos e ações onde território e são indissociáveis, bem como afirma Santos (2006).

Dentro dos projetos, os povos da floresta, são vistos como “agentes do desmatamento” que impedem a dinâmica de percepção da natureza como apenas um setor de serviço futuramente remunerado pela sua manutenção, e os sujeitos que dependem diretamente dessa, que possuem nela toda sua dinâmica de vida são vistos como os grandes causadores da degradação quando na verdade, passam a viver um intenso processo de desarticulação de seu modo de vida perante as exigências de uso do território que lhes são impostas pela fiscalização dos projetos que seguem as ordens restritas das agências internacionais de financiamento e do próprio governo do estado.

Diante de todas as violações de direitos, representantes de trinta organizações elaboraram um documento intitulado de “Carta do Acre”, que pela primeira vez fazia uma crítica direta e radical às políticas governamentais de conservação, falando abertamente sobre as práticas de destruição ambiental e repressão social que as populações tradicionais estavam sendo expostas em seus territórios em nome dos interesses capitalistas. No entanto, a carta acabou perdendo força devido à dominação do governo da Frente Popular no Acre. O dossiê elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) do Acre, afirma que:

A “Carta do Acre” surtiu forte reações por parte das instituições ligadas ao governo do estado. Organizações que haviam assinado o documento, posteriormente, foram pressionadas a retirar sua assinatura. Não obstante, um grupo – composto por pesquisadores, ativistas e trabalhadores extrativistas – ousou levar adiante as críticas, levantar mais detalhadamente os fatos que ‘contradizem’ a ‘sustentabilidade’ e a ‘participação social’ reivindicadas pelos governantes do estado. (CIMI, 2012, p. 5)

O Estado é um elemento de extrema importância no processo de manutenção e na efetivação da dinâmica do capitalismo na escala territorial ao qual nos referimos, uma vez que é esse que fornece para as agências financiadoras, grande proprietários e políticos interessados todos os caminhos que permitem a apropriação do território.

Dessa forma alimenta e intensifica diretamente o processo de mercantilização da natureza, assim como desconsidera e negligencia os direitos dos sujeitos que dependem

diretamente de seus recursos para existência e sobrevivência, reafirmando o papel de retroalimentação do capital feito pelo estado, bem como afirma Ponte (2014).

Primeiramente, a ordem do capital não está nitidamente apenas nas ações da iniciativa privada, mas também nas políticas públicas e de governo dos estados e, conseqüentemente, nos dobramentos que retroalimentam a base estrutural do sistema do capital (...) Segundo, porque as ações dos Estados não podem ser analisadas em separado, pois elas compõem um leque de intencionalidades que, por vezes, não encerram por si só (PONTE, 2014, p. 33).

Os projetos de Redd possuem com base um arranjo financeiro que para que as ações sejam efetivadas, segundo Stern (2006) *apud* Campos (2014) necessita de um recurso que equivale entre 5 a 15 bilhões de dólares por ano.

O “Dossiê Acre - A natureza que os mercadores da natureza escondem” de 2012 afirma que “O estado do Acre pode ser considerado, sem sombra de dúvida, como ‘laboratório perfeito’ da ‘economia verde’ na Amazônia continental (...) Em linhas gerais, o seu arcabouço político-institucional resultou das imposições do ‘Grupo Banco Mundial’”.

Considerando a origem dos financiamentos dos projetos, observa-se uma explícita vinculação com a escala global de financeirização da natureza, onde o próprio objetivo dos projetos de compensação de carbono, por exemplo, é a manutenção do modo destrutivo dos grandes grupos internacionais de produção de forma a não comprometer a dinâmica de produção capitalista mundial, comercializando os recursos naturais amazônicos por meio de uma estratégia política de desvalorização da construção histórica sócio territorial das comunidades tradicionais do Acre mascarados por uma proposta de desenvolvimento sustentável “que está relacionada à lógica do capital para o estado do Acre, e para a Amazônia, de forma geral” (PONTE, 2014).

Partimos da ideia central de Lenin (2011 – original de 1917) de que o capital financeiro é o elemento dominante na dinâmica do capitalismo monopolista, impulsionando a exportação de capitais, o controle sobre as fontes de matérias primas e o controle de mercados nacionais por poucos grupos dos países centrais. (MEDEIROS, 2015, p. 6224)

Tal dinâmica mantém a lógica do processo intervencionista para o processo de expansão da fronteira agrícola na Amazônia nos anos 1960 e 1970 que após a expulsão dos indígenas, incentivava-se a entrada de trabalhadores, especialmente nordestinos, para exploração de mão de obra barata.

Já na década de 1990 tem a intensificação da entrada de grupos estrangeiros em todo setor agropecuário e industrial do Brasil onde o Estado passa a ter papel fundamental ao buscar “responder a dinâmica do capital monopolista internacional, também com uma dinâmica monopolista, com a união de grandes grupos agroindustriais, capital financeiro e Estado” (MEDEIROS, 2015, p. 6224)

Seguindo o estilo clássico de desenvolvimento do tipo extensivo, a floresta amazônica representava um obstáculo a ser vencido no curso da modernização capitalista no pós 1964. O domínio da natureza, guiado pela confiança no progresso técnico e científico, naturalizou os seus efeitos imediatos – derrubada de florestas e expropriação das populações camponesas e indígenas que nela habitavam – tratando-os como consequência inexorável da “modernização” (PAULA, 2006, p. 107).

O território, como afirma Santos (2007), é muito além de um sistema natural e de sistemas superpostos, esse deve ser entendido como “território usado” para além do território em si. As comunidades tradicionais do campo acriano, nesse sentido, possuem no território sua identidade historicamente construída, seus símbolos culturais materiais e imateriais, suas tradições espirituais, a base do seu trabalho e existência.

O modelo capitalista de produção transformou ao longo dos tempos o uso do território, que passa a ser visto mais pelo seu valor de troca do que pelo seu valor de uso como um objeto de valor para ampliação do comércio e do mercado globalizado onde, por consequência, a exploração dos países subdesenvolvidos torna-se prioridade para o crescimento dos países desenvolvidos permanecendo situação de dependência desses.

Nesse sentido, o processo de reordenamento institucional que apoiou a implantação dos projetos de sustentabilidade no Acre apenas fez crescer o processo de privatização da natureza e do próprio Estado em nome da adaptação ao novo processo de mercantilização dos recursos naturais.

Na análise crítica ao desenvolvimento sustentável em uma perspectiva marxista, Freitas, Nélsis e Nunes (2012) consideram que apesar de tanto os países centrais quanto os países subdesenvolvidos serem beneficiados financeiramente, ainda que de forma desigual, pela exploração, é a partir do processo de exploração dos países do norte sob os recursos naturais dos países do sul que estes conseguem manter a dinâmica de mundialização do capital intensificando a degradação histórica de regiões e ecossistemas que historicamente foram explorados pelos países capitalistas industrializados.

A implantação dos projetos de compensação de carbono no campo acriano mantém essa forma de exploração, mas agora ancorada no discurso da sustentabilidade.

No entanto, é uma compensação zero já que “evitar” o desmatamento na Amazônia para que empresas dos países centrais possam manter seu nível de poluição.

Matematicamente e logicamente não deixa de emitir gases tóxicos na atmosfera, portanto, os projetos, os discursos, as políticas são voltadas apenas para os interesses de mercado sem considerar a dinâmica territorial das populações tradicionais mantendo uma ditadura do dinheiro que desagrega todos os valores historicamente territoriais construídos ao longo do histórico de luta do povo do campo acriano que passa a ser vítima de uma desregularização territorial e cultural que tem como seu grande motor os interesses das empresas internacionais.

(...) a presença das empresas globais no território é um fator de desorganização, de desagregação, já que elas impõem cegamente uma multidão de nexos que são do interesse próprio, e quanto ao resto do ambiente nexos que refletem suas necessidades individualistas, particularistas [...] é esse o resultado da influência do dinheiro em estado puro sobre o território. A fiança tomada internacional como norma contraria as estruturas vigentes e impõe outras (SANTOS, 2007, p. 21).

O modelo de sustentabilidade implantado no Acre mantém em sua estrutura a prática de relações de produção que permeiam a lógica de alienação quando a dinâmica metabólica entre homem do campo e a natureza retirando sua autonomia de produção, sendo este submetido ao processo de “preservação” da natureza que é comandada por agentes de fiscalização que impõem aos produtores limites de produção e da reprodução de sua cultura e identidade em nome do direito de poluir de grandes grupos internacionais sem, de fato, criar uma política de manutenção e humanização das populações tradicionais e seus território.

CONCLUSÃO

As convenções internacionais que deram base para o desenvolvimento e materialização dos projetos de mitigação dos males ao qual os recursos naturais estão submetidos dentro do modelo de produção destrutiva do capital, fornecendo um caminho abrangente para uma legitimação das ações de “sustentabilidade” nos países subdesenvolvidos estruturando um projeto de intensificação da mercantilização da natureza via discurso da “economia verde”.

Por serem políticas impostas pelo mercado capitalista diante da discussão ambiental dentro da agenda política internacional, os projetos de compensação de carbono,

especialmente, ocultam um a imposição da forma de construção do território e de reprodução da cultura das populações tradicionais dentro de dinâmicas de um série de políticas de compensação ambiental que possuem um caráter padronizado e que retiram a autonomia de vivência e reprodução das populações tradicionais, onde a relação homem e natureza mediada pelo trabalho passa a sofrer com a falha metabólica em nome da expansão do capital consentida pelo discurso do desenvolvimento sustentável alimentado pela política neoliberal.

Na região

As ações de implementação dos projetos de Redd+ apoiados pelo governo do Acre em nome da falácia da sustentabilidade, vem ao contrário da prática de igualdade social e preservação da floresta, uma vez que a expansão do capitalismo verde permeia um processo de violação dos direitos dos povos do campo do Acre diante da desvalorização do território construindo a partir das vivências e resistências culturais.

O apoio do Estado nas ações de implementação dos projetos de Redd+ contam não somente com a articulação dos grandes proprietários de terra e agências de financiamento internacional, mas também vêm contado com o apoio direto da comunidade científica que passa a justificar as ações como a única saída para controle do processo de destruição ambiental ao qual o planeta está submetido.

No entanto, na prática, o que se tem é um mecanismo de mercado que possui funções e controles estabelecidos para “ensinar” as populações das comunidades tradicionais a nova forma de uso da terra em nome do direito de poluição dos países centrais.

As populações tradicionais atingidas pelos projetos de compensação vivem atualmente um aumento da violação dos seus direitos básicos de reprodução no campo e assistem um avanço da privatização dos bens naturais e do território conquistado pelas resistências, especialmente na Amazônia, vistas com mais intensidade nas décadas de 1970 e 1980.

Dessa forma, a resistência das comunidades no Acre, considerado um pioneiro na implantação dessas políticas, passa a ser além do direito a terra, mas pelo controle dos bens naturais para seu processo de reprodução.

REFERÊNCIAS

Conselho Indigenista Missionário. **O Acre que os mercadores da natureza escondem. Dossiê Acre:** Documento Especial para a Cúpula dos Povos. Conselho Indigenista Missionário: Rio de Janeiro, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** Tese (livre-docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

FAUSTINO, Cristiane.; FURTADO, Fabrina. **Economia verde, povos das florestas e territórios:** violações de direitos no estado do Acre. Plataforma DHESCA. Patrícia Bonilha: Rio Branco, 2015.

FREITAS, Rosana de C. M.; NÉLSIS, Camila M.; NUNES, Letícia S. **A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável.** Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos:** primeiro manuscrito. 1844. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/>> acesso em 1 jul 2018.

MEDEIROS, Marlon Clovis. **Estado, Capital financeiro e agricultura no Brasil atual.** ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, XI., 2015. Anais do XI-Enanpege: ISSN 2175-88752015. Disponível em: < <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/22/605.pdf>> Acesso em: 30 jul 2018.

PAULA, Elder. A. de.; MORAIS, Maria de Jesus. **O conflito está no ar:** povos da floresta e espoliação sob o capitalismo verde. Estud. Sociol. v. 18, n.35, p. 347-365, jul-dez. 2013.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione. **Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-Acreana.** Rio Branco: EDUFAC, 2006.

PONTE, Karina Furini. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho:** um estudo a partir da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC). Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton et al. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Editora Lamparina, 2007.

SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. **Território e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

[1] O discurso que teve como base o processo de reconstrução e da valorização da identidade dos povos tradicionais do Acre por meio de uma reorganização dos elementos culturais dos povos da floresta que passavam por um momento de desvalorização da identidade devido aos discursos de “modernização” do Estado que era alimentado desde o período dos governos militares. Foi a principal ferramenta política para que o Candidato a governador da época, hoje senador, Jorge Viana, ganhasse o cargo em 1999.

[2] É um conceito que surge em 1987 com a aprovação do Relatório de Brundtland da Organização das Nações Unidas (ONU) que define este como capaz de “assegurar as necessidades do presente sem comprometer as

necessidades das gerações futuras”. Apresentando um conjunto de ações que eram teoricamente adequadas para garantir a conservação ambiental sem comprometer o desenvolvimento capitalista.

^[3] Diz respeito a uma coligação de partidos políticos (PT, PC do B, PSB, PDT, PSDB, PMN, PL, PPS, PV, PTB, PT do B) que administrou o Estado do Acre a partir das eleições de 1998 e que até o momento atual por meio da administração direta do PT difunde e defende o discurso da “economia verde” no Estado.

^[4] A lei possui como objetivo a preservação florestal e a venda de créditos de carbono a partir dos serviços de REDD+ (Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal) Acesso a lei no link <http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei2308.pdf>.

^[5] Segundo o Ministério do Meio Ambiente o projeto criado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) com a intenção de incentivar a preservação das florestas nos países em desenvolvimento com objetivo de mitigação e adaptação as mudanças climáticas e é resultado da discussão dos conjuntos de políticas necessárias para incentivar a redução das emissões causadas pelo desmatamento e pela degradação das florestas tropicais, presentes em grande parte em países subdesenvolvidos. Entre suas atividades, um de seus objetivos é o de “Ser implementadas no contexto do desenvolvimento sustentável e redução da pobreza, ao passo que respondem às alterações climáticas”. Acesso: <http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/reddnotainformativa-01-florestasmitigacaoadaptacao.pdf>